

**A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
AGRÁRIO DE ANAGÉ-BA**

THE REPRODUCTION OF THE PEASANTRY IN THE PRODUCTION OF THE
AGRARIAN SPACE OF ANAGÉ-BA

LA REPRODUCCIÓN DEL CAMPESINADO EN LA PRODUCCIÓN DEL
ESPACIO AGRARIO DE ANAGÉ-BA

Guilherme Matos de Oliveira¹

Jânio Roberto Diniz dos Santos²

Suzane Tosta Souza³

Resumo: Este artigo objetiva evidenciar a reprodução do campesinato na produção do espaço agrário de Anagé-BA, nos fornecendo elementos para a sua reafirmação em meio às contradições estabelecidas pelo capital no campo brasileiro. Para a feita deste texto, nos pautamos metodologicamente na realização de levantamento bibliográfico para a compilação das reflexões teóricas sobre a temática em questão, e na leitura sobre o cotidiano camponês anageense com informações textuais, mapeamento e registros fotográficos resultantes de nossas pesquisas em campo e em sites oficiais; nos fazendo compreender que a realidade camponesa de Anagé se reproduz mesmo diante das adversidades do sistema capitalista no espaço geográfico, uma vez que suas estratégias de permanência e de resistência vêm garantindo a manutenção da vida e do trabalho social do campesinato local em suas trincheiras territoriais.

Palavras-chave: Anagé-BA; Camponeses; Espaço agrário; Permanência; Resistência.

Abstract: This article aims to highlight the reproduction of the peasantry in the production of the agrarian space of Anagé-BA, providing us with elements for its reaffirmation in between the contradictory established by the capital in the brazilian field. For the making of this text, we are methodologically guided in conducting bibliographic survey for the compilation of theoretical reflections on the thematic in question, and in the reading about the daily life of anageense peasant with textual information, mapping

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas. Professor de Geografia da Rede Municipal da Educação de São Paulo-SP. E-mail: ggui995@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4287796780429210>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5435-5139>.

² Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista. E-mail: jrd Santos@uesb.edu.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8224285022641187>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4972-7684>.

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista. E-mail: suzane.tosta@uesb.edu.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5394881333761025>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8658-0189>.

and photographic records resulting from our field research and on official websites; making us understand that the peasant reality of the Anagé is reproduced even in the face of the adversities of the system of capitalism in the geographic space, one time that their strategies of permanence and resistance come guaranteeing the maintenance of life and labor of the local peasantry in its territorial trenches.

Keywords: Anagé-BA; Peasants; Agrarian space; Permanence; Resistance.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo destacar la reproducción del campesinado en la producción del espacio agrario de Anagé-BA, proporcionándonos elementos para su reafirmación en medio de las contradicciones establecidas por el capital en el campo brasileño. Para la redacción de este texto, nos guiamos metodológicamente en la realización de un levantamiento bibliográfico para la compilación de las reflexiones teóricas sobre el tema en cuestión, and en la lectura sobre el día a día campesino anageense con informaciones textuales, mapeo y registros fotográficos resultantes de nuestras investigaciones en campo y en sitios web oficiales; haciéndonos comprender que la realidad campesina de Anagé se reproduce incluso frente a las adversidades del sistema capitalista en el espacio geográfico, una vez que sus estrategias de permanencia y de resistencia viene asegurando el mantenimiento de la vida y del trabajo social del campesinado local en sus trincheras territoriales.

Palabras-clave: Anagé-BA; Campesinos; Espacio agrário; Permanencia; Resistencia.

Introdução

Pensar o campo brasileiro leva-nos a apreendermos como seus espaços são produzidos diante da constância dos conflitos e contradições sociais resultantes do processo de crise estrutural do capital, este que por meio da sua reestruturação produtiva nos territórios camponeses encontra “saídas” à sua reprodução sociometabólica e ampliada como nos aponta Mészáros (2002). Podemos observar as especificidades dessa realidade diante do avanço do agronegócio no país, que tem levado, conforme Souza e Conceição (2019) a uma reprimarização da economia nacional, subordinada à atual divisão social do trabalho, na produção de *commodities* para o atendimento do mercado financeiro mundializado.

Esse contexto de apropriação de riquezas da terra, em que a mesma para a lógica capitalista é sinônimo de negócio, também revela o seu lado perverso na crescente expropriação das relações de produção camponesa estabelecidas na terra de trabalho, e das consequências desse processo, a exemplo do aumento exponencial da mobilidade do trabalho do campo para a cidade, sendo que os camponeses se encontram, visto os efeitos da crise, envoltos na condição do desemprego ou até ‘supérfluos’, como ressalta Menezes

(2007), situação esta que acaba negando as condições objetivas de reprodução da vida humana e social dos camponeses.

Na contramão dessa realidade, entendemos a constante necessidade da luta social no enfrentamento destas situações estabelecidas historicamente no espaço agrário brasileiro, sendo que os movimentos sociais do campo, mesmo sendo duramente criminalizados na atualidade pelo Estado e setores conservadores da sociedade brasileira, têm resistido às adversidades da contradição capital/trabalho no campo em vista da garantia da reprodução da vida e do trabalho dos sujeitos camponeses em seus territórios.

Ao vislumbrar as particularidades desse processo, este artigo – resultante de pesquisas acadêmicas que desenvolvemos nos cursos de Graduação e Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) sobre as estratégias de reprodução camponesa no Centro-Sul Baiano entre os anos de 2017 e 2022 – tem o objetivo de delinear algumas evidências da reprodução do campesinato na produção do espaço agrário do município de Anagé-BA; e que nos fornecem elementos para a sua reafirmação, em meio ao seu caráter renitente, no entendimento da realidade concreta que se configura atualmente no campo brasileiro, mesmo diante das opressões estabelecidas pelo sistema capitalista nos seus espaços de vida e trabalho.

No intento de compormos o debate proposto por este artigo, buscamos reunir alguns elementos teóricos e empíricos que nos auxiliam na compreensão da temática em questão, visto que os mesmos se encontram articulados no decorrer do presente texto. Cabe aqui sinalizarmos nossa concepção de método vinculada aos postulados do materialismo histórico-dialético, em que “[...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (Marx, 1968, p. 16).

Com esse entendimento, ao sistematizarmos o presente texto, nos pautamos metodologicamente em dois pontos centrais: na realização de levantamento bibliográfico para a compilação teórica da temática em questão, bem como de pesquisas tanto em algumas comunidades participantes do estudo quanto em sites oficiais para enunciarmos, por meio de apontamentos, mapeamento e registros fotográficos, a materialização socioespacial do cotidiano camponês anageense.

Posto isso, num primeiro momento nos ancoramos em reflexões teóricas que nos propiciam o debate sobre o campesinato na atualidade do campo brasileiro por meio das discussões de Oliveira (2001), Souza (2008), Dourado (2012), dentre outros autores. Num

segundo momento, desenvolvemos análises sobre as atuais dinâmicas de reprodução camponesa em meio à produção do espaço agrário de Anagé-BA, evidenciando alguns aspectos políticos, sociais e econômicos, bem como as lutas e resistências que configuram o campo local, ao tempo em que finalizamos este artigo com algumas considerações.

Leituras teóricas sobre a reprodução das relações camponesas na produção do espaço agrário brasileiro

As discussões advindas das singularidades do campo brasileiro no entendimento da unidade das relações sociais materializadas no espaço geográfico são cunhadas historicamente pelas Ciências Sociais e pela Geografia, cabendo ressaltar que seus debates são mantidos até os dias de hoje visto que as relações camponesas se processualizam permanentemente, mesmo com o avanço do capital nos seus espaços.

Diante dessa relação dialética, faz-se necessário estabelecer ponderações teóricas e críticas que nos auxiliem na compreensão do conceito de campesinato na produção desigual dos processos de reprodução da vida *versus* reprodução do valor no espaço agrário; e os rebatimentos dessa realidade nas lutas e resistências sociais que se estabelecem em seus territórios na totalidade do real concreto, no qual:

Nesse entendimento, pontuamos que não se faz plausível uma reflexão periodizada e isolada [...] dos processos configurados nos espaços camponeses, uma vez que ao nos ancorarmos nesta premissa perdemos o movimento de unidade/particularidade das contradições e caímos na simplificação da leitura fragmentada, [...] que nega a materialidade conflitual das relações sociais no capitalismo. Esta problemática que tem permitido algumas leituras, acadêmicas ou não, negarem o conceito de campesinato e, conseqüentemente, seus sujeitos históricos na produção social dos seus espaços (Oliveira, 2020, p. 8-9).

Nesse ínterim, Conceição (1991) aponta que a palavra campesinato, se remetida a localização espacial de uma tipologia de atividade agrícola, restringe o conceito a uma dimensão etnológica, sendo que para a autora torna-se essencial a ampliação do debate teórico para a compreensão conceitual do que vem a ser uma relação camponesa diante dos ordenamentos instituídos pelo capital no espaço agrário. Dessa maneira:

[...] o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das

ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo (Marques, 2008, p. 58).

Guzmán e Molina (2013) asseveram que o campesinato sempre existiu e continuará se reproduzindo, agregando a si formas de sociabilidade configuradas dentro de um modo próprio de vida e de trabalho. Partindo desse entendimento, os autores acima citados sinalizam que o campesinato está organizado no espaço agrário enquanto classe por meio da relação social do camponês com a terra, onde nela objetiva a vida fundamentada na reprodução social da sua família e da sua comunidade. Diante disso, o campesinato opõe-se à realização plena do capitalismo, cujo fundamento ancora-se na extração do lucro oriundo do trabalho na terra.

A respeito da expansão do capitalismo no campo, Oliveira (2001) pondera que sua realização se expressa de forma contraditória, tanto no que chama de territorialização do capital, em que a apropriação das riquezas da terra se estabelece de forma mais direta na posse da propriedade privada, no avanço tecnológico da produção pela via da industrialização e do trabalho assalariado; quanto na monopolização do território pelo capital, sendo que os camponeses produzem na terra arrendada de proprietários rentistas, e o mercado absorve tudo aquilo que é produzido mesmo sem ser o dono direto da terra.

Dessa maneira as relações capitalistas, diante do seu caráter desigual, permitem segundo Luxemburgo (1985), a realização de relações não-capitalistas (a exemplo da camponesa) em meio à produção e circulação do valor, uma vez que os camponeses se reproduzem nesse contexto sem perderem sua condição social, mesmo que sujeitados às determinações do capital; visto que este processo é uma “moeda” de dupla face, em que ao mesmo tempo que se promove um lado, o outro igual e necessariamente é desenvolvido (Oliveira, 2001, p. 25).

Para o autor acima citado, esse conjunto de contradições vêm marcando o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ao passo que também evidenciam a realização da expansão do capital no espaço agrário ao perpassar pelo domínio do assalariamento em grandes e médias propriedades, e no trabalho familiar nas pequenas propriedades, também denominadas de unidades de produção camponesa. Contudo, no avançar das relações estabelecidas pelo capital no campo:

O camponês vai se vendo cada vez mais comprimido e, em determinados momentos, acaba não tendo alternativa a não ser vender, temporariamente, sua força de trabalho, como forma de não perder a condição de camponês. Aos que não conseguem sobreviver, o destino acaba sendo o processo de proletarização, sobremodo, nas cidades, onde também vivencia o confronto com novos valores (Souza, 2008, p. 146).

Podemos vislumbrar na atualidade outras formas perversas de apropriação do trabalho camponês pelo capital diante do acirramento de sua crise estrutural, seja a exemplo do trabalho intermitente, terceirizado, e até mesmo análogo à escravidão, como aponta a pesquisa de Santana (2018) sobre o espaço agrário baiano. Diante dessa realidade, e de outras tantas, que a resistência dos sujeitos camponeses na luta pela terra e por melhores condições de reprodução da vida se faz plausível e necessária de ser analisada, uma vez que diante do contexto da crise, a exploração do capital pelo trabalho camponês tem sido intensificada.

É também nesse processo que vem se estabelecendo a mobilidade do trabalho, visto que diante de muitos camponeses serem expropriados da terra, os mesmos têm vendido a sua força laboral, esta que muitas vezes é o que lhe resta para a garantia de sua sobrevivência. Essa mobilidade não é pura e simplesmente uma medida de deslocamento, ou algo que seja da vontade do camponês em sair da sua terra de trabalho. Essa realidade é fruto das determinações históricas e sociais do modo de produção vigente que coloca os camponeses na condição de “andarilhos”, e que vem a precarizar as condições de vida desses sujeitos.

Marques (2008) coaduna a este pensamento quando ressalta que o camponês brasileiro é um migrante, acrescentando que o processo de sua expropriação da terra não é a materialização de uma ruptura dos seus vínculos com a mesma, sendo que a maioria dos camponeses mantém mediações com o campo, mesmo que elas sejam próximas ou distantes, seja na própria relação direta de trabalho, nos vínculos familiares, na sua origem social etc.

Concernente a isso, podemos entender o campesinato, conforme sinaliza Shanin (1979), no contexto da luta de classes enquanto “classe em si” pelo seu modo de vida que, historicamente, ao estabelecer relações com a terra, com a família, com a comunidade, vem a reproduzir costumes, seja na produção agrícola, na criação de animais, na

manutenção de tradições culturais, entre outras situações que promovem a permanência das relações camponesas na terra de trabalho. Podemos apreender o campesinato também enquanto “classe para si” que, por meio da resistência, se organiza em movimentos sociais de luta pela terra e pela perpetuação das relações constituídas historicamente no campo. No que tange sobre o campesinato na sua dimensão temporal e de classe, cabe destacar que:

Os camponeses pertencem aos tempos antigos e medievais no Grundrisse, ao passado mais imediato da Inglaterra em O Capital, de Marx, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em “países de maioria camponesa”. “Classe para si” representa aqui não apenas uma definição mais expressiva do que “classe em si”, mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas “portadora” de características de uma “matriz” geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros (Shanin, 2005, p. 15).

Souza (2008) destaca que ao analisarmos o campesinato enquanto classe, vale também considerar o território enquanto expressão concreta da luta de classes, sendo que os interesses das mesmas, ao se territorializarem, não são iguais, nos levando a pensar nas disputas que emergem no campo, uma vez que os objetivos da territorialização camponesa se diferenciam do processo de territorialização capitalista, posto que os mesmos não devem ser analisados da mesma maneira, pois expressam distintos interesses e o antagonismo entre as classes, ao passo que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (Thompson, 1987, p. 10).

Diante disso o campesinato, ao se materializar na realidade concreta, precisa ser analisado diante dos conflitos e contradições de classe instaurados pelo modo de produção atual, tendo em vista que as contribuições teóricas relativas à sua conceituação:

[...] se inscrevem num esquema explicativo do processo histórico, em que aparece como protagonista central a estrutura social do campesinato. Rastrear a gênese teórica do debate que se estabelece [...] em torno dos envoltimentos econômicos, sociais e culturais do

desenvolvimento do capitalismo na agricultura, supõe partir necessariamente do esboço dos traços básicos dos movimentos intelectuais que, num esforço de síntese, poderiam ser definidos como a elaboração de um esquema explicativo [...] do processo histórico [...] a qual se valoriza como um resultado de igualdade e solidariedade social ameaçado pelos processos de privatização, mercantilização e urbanização que introduz o capitalismo nas sociedades camponesas (Guzmán e Molina, 2013, p. 23).

Acrescido a isso, o campesinato é compreendido mediante as especificidades de cada contexto em que se encontra inserido, como vem acontecendo no nordeste brasileiro. Dourado (2012), assevera que o campo do semiárido nordestino se inscreve no conjunto das sociabilidades que produzem o espaço agrário brasileiro, uma vez que suas singularidades no contexto da caatinga são relevantes na compreensão do que ele denomina de camponês caatingueiro.

[...] o termo de camponês caatingueiro não se refere a um sujeito social homogêneo, cuja caracterização é feita utilizando um padrão linear. O camponês caatingueiro pode ser um agricultor de sequeiro ou praticar a agricultura irrigada, ser sem terra, com pouca terra, indígena, quilombola, parceiro, meeiro ou ainda praticar temporariamente a migração campo-cidade em busca de trabalho nos períodos de longa estiagem (Dourado, 2012, p. 102).

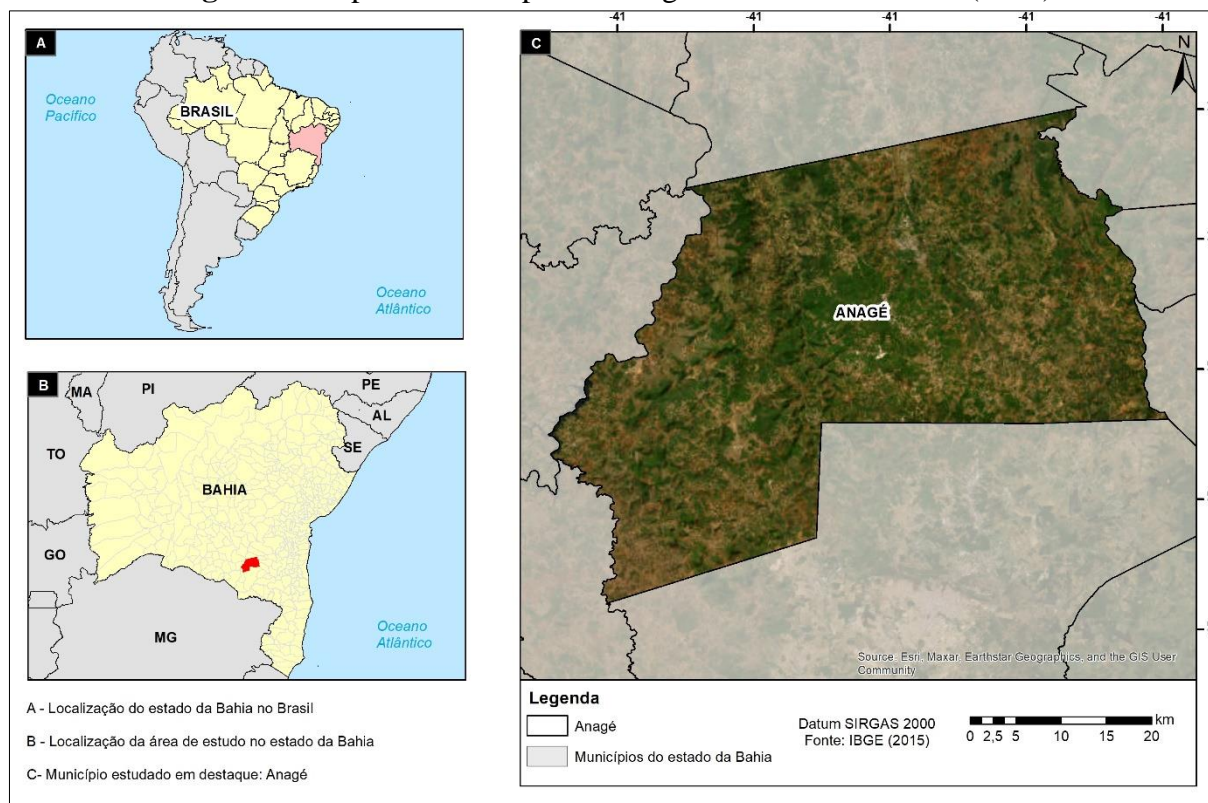
Nesse sentido vale considerar, no contexto das múltiplas configurações do espaço agrário do nordeste brasileiro, as particularidades da permanência e resistência camponesa no cotidiano histórico e social das suas trincheiras de vida e de lutas, sendo que o tópico a seguir evidencia alguns elementos desse processo em um município do Sudoeste da Bahia, nos possibilitando compreender o campesinato e sua potencialidade conceitual no entendimento sobre o campo na atualidade crítica do seu contexto social.

Das particularidades geográficas de Anagé-BA às evidências atuais da reprodução do campesinato na produção do espaço agrário do município

O município de Anagé, conforme dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está situado – como apresentado na Figura 1 – no Centro-Sul do Estado da Bahia, a cerca de 560 km da capital, Salvador. Tem seu marco de criação pela Lei Estadual 1.656 do dia 05 de abril de 1962, se desmembrando do território

municipal de Vitória da Conquista. Atualmente, faz limite com os municípios de Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Caraíbas, Planalto e Vitória da Conquista, possuindo um distrito, Lindo Horizonte, que se encontra ao leste do município.

Figura 1: Mapa do Município de Anagé na Bahia e no Brasil (2023)



Fonte: Elaborado por Isabelle Salazar Vieira Alves e Guilherme Matos de Oliveira (2023), com base em IBGE (2015).

Ainda segundo os dados disponibilizados pelo Censo 2022 do IBGE, a área territorial municipal é de 1.889,683 km², tendo altitude de aproximadamente 353m, com coordenadas de 14°36'57.71" lat. e 41°8'12.87" long. É um município marcado pela vegetação da Caatinga e pelo clima semiárido, com temperatura média anual de 23,5°C, sendo que o período chuvoso é de novembro a janeiro, com níveis pluviométricos anuais de aproximadamente 660mm.

Uma marca importante do município de Anagé é o Rio Gavião, este duramente penalizado em relação ao ordenamento territorial da malha urbana municipal, tendo seu intermitente curso fluvial poluído por ausência de saneamento básico nos últimos trinta anos e que, atualmente, está represado na barragem – com seus entremeios marcados por uma histórica luta social, como apontado nas pesquisas de Souza (2008) e Silva (2011),

em meio às contradições do discurso ideológico criado em torno do “desenvolvimento” regional, este que passa pelo crivo crítico de Oliveira (1981) em relação ao nordeste brasileiro – sendo que a obra “beneficiária” as populações residentes no seu entorno, discurso este que em nossa conjuntura ainda vem sendo veiculado em meio à realidade agrária de muitas partes do país, cuja essência reafirma a produção contraditória do capital por estar na contramão da melhoria das condições de vida social dos sujeitos históricos do campo ao se pautar pelo beneficiamento de suas próprias relações produtivas, que extraem lucro e renda da terra camponesa.

A barragem está localizada à oeste do município, com um lago de 44 km² capaz de armazenar até aproximadamente 367 milhões de m³ de água (Silva, 2011). Atualmente é utilizada, principalmente, para abastecimento hídrico do município e dos que fazem limite com ela: Anagé e Caraíbas; para projetos de irrigação de cultivos como banana, manga, hortaliças, entre outros, voltados sobretudo à comercialização; na criação de peixes, bem como ao turismo e lazer. Mesmo com toda essa demanda, suas águas não são totalmente utilizadas, visto sua potencialidade hídrica.

Sobre a população de Anagé o último Censo do IBGE, de 2022, aponta que ela é composta por 25.438 pessoas, sendo que por volta de 81% da população do município reside na zona rural e 19% da população total municipal está na zona urbana. Ao ser expressivo o quantitativo da população que se encontra no espaço agrário de Anagé, o município encontra na agricultura uma das formas de garantir a reprodução da vida de seus sujeitos, principalmente daqueles que produzem suas lavouras para o consumo junto as suas famílias e que também comercializam o excedente de seus cultivos no próprios povoados, bem como para as pessoas que residem na cidade por meio da feira livre semanal.

As experiências e conquistas históricas a qual os camponeses do município tiveram no passado, e que vem buscando até hoje em favor da realização social deles próprios se deram em três esferas: política, social e econômica, visto que os movimentos sociais do campo como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros, foram/são importantes nas lutas e resistências que vem sendo articuladas e promovidas em defesa dos agricultores locais e das suas comunidades.

Na esfera política, as principais demandas se engendram em reivindicações manifestadas pelos camponeses do município, sendo dirigidas, principalmente, ao poder público em escala municipal, estadual e federal, no direito ao acesso à terra para habitação e plantação, de água para a irrigação das lavouras, na criação de animais, e para consumo humano; de iluminação doméstica – principalmente as famílias que não tem condições de custear com o pagamento de tarifas de energia – incentivo de subsídios financeiros para a manutenção da produção agrícola etc.

São expressivas também nesse contexto a atuação de sindicatos e associações rurais do município, desempenhando notáveis ações em favor da manutenção de direitos essenciais aos camponeses, como por exemplo os de âmbito previdenciário, no auxílio para a aquisição de aposentadorias rurais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Dentre estas reivindicações, surge também a de dimensão educacional, haja visto que as escolas existentes nas comunidades rurais do município estão aquém de garantir uma formação sólida e digna a seus estudantes (haja visto a negligência do poder público local, historicamente e hodiernamente, no atendimento das necessidades dos sujeitos camponeses do município), ainda possuindo infraestrutura precária, materiais didáticos inadequados, baixa valorização dos professores – que trabalham em turmas multisseriadas e se desdobram para exercer seu ofício – e de outros profissionais que atuam nas unidades escolares do campo, entre outras demandas.

Nesse contexto, os jovens do campo anageense precisam, por meio da educação, ter a possibilidade de se emanciparem enquanto sujeitos sociais, contribuindo efetivamente para com a permanência dos valores e do trabalho camponês no município, uma vez que enfrentam cotidianamente processos de mobilidade do trabalho, ao se deslocarem para a cidade do próprio município ou para outras, como Vitória da Conquista, e até mesmo para outros estados, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ao passo que vendem sua força de trabalho cada vez mais precarizada estando envoltos à ilusão “civilizatória” do cenário urbano.

Partindo do propósito de oposição à esta realidade que a Escola Família Agrícola (EFA), uma escola de destaque presente no espaço agrário de Anagé, vem desenvolvendo de forma articulada seu trabalho pedagógico à prática social do campo local, seja no seu vínculo com as comunidades e/ou nas pequenas unidades de produção camponesa, em

vista da manutenção dos camponeses anageenses em seus territórios. Sobre esta escola, vale ressaltar que:

[...] os camponeses que possuem filhos na EFA declaram-se plenamente satisfeitos, destacando a ajuda que os filhos já dão para continuar a produção, orientação no plantio, etc., inclusive contribuindo para melhorar a produção; em que determinados conhecimentos os próprios pais não tiveram acesso (Souza, 2008, p. 616).

No âmbito social, as famílias camponesas se organizam em comunidades, chamadas também de povoados, onde se agrupam com aproximadamente quinze famílias e buscam realizar alguns trabalhos na terra, seja na construção de casas, no cultivo do umbu (fruta predominante do semiárido nordestino e também presente no município), de feijão andu, feijão catador, milho, mandioca, melancia, manga ‘espada’, pinha etc.; no plantio de hortas (individuais e/ou comunitária), criação de animais (boi, vaca, porco, bode, cabra etc.), na manutenção de atividades culturais nas comunidades locais (celebrações religiosas – como a Festa de São Benedito na comunidade quilombola do Mandacaru – terno de reis, festa junina etc.) conforme mostrado nas figuras de 2 a 5; atividades estas que revelam a manutenção dos valores camponeses locais na oposição às investidas de realização do capitalismo no campo, visto que o capital enxerga e utiliza da terra como possibilidade de extração de renda e lucro, lógica esta que não condiz com a que estas famílias vivem.

Figuras 2 a 5 – Evidências da reprodução social dos camponeses de Anagé-BA

Figura 2 – Plantio de hortaliças



Figura 3 – Cultivo do umbu



Figura 4 – Criação de animais



Figura 5 – Terno de Reis



Fonte: Trabalho de campo (2017-2021); Silva (2017).

Vale aqui destacar uma síntese dos relatos dos camponeses que entrevistamos sobre as modificações históricas que foram sendo estabelecidas nos seus territórios, ao passo que os mesmos colocaram que antigamente a cultura camponesa no município era diferenciada e muito socializada, tanto sob às margens do Rio Gavião onde compartilhavam da água, lavavam roupa, tomavam banho, quanto em outras áreas agrícolas do município ou até mesmo sob o curso do rio onde os plantios eram repartidos para todos na sua produção e no seu consumo, criavam caprinos e ovinos (bode, cabra etc.) e realizavam outras partilhas, resultantes do trabalho que exerciam na terra.

Com o passar do tempo essas práticas de ‘lida’ com a terra comunal caatingueira foram sendo sucumbidas pelo que os camponeses locais chamam de “lei dos três fios de arame” (cercamentos), tendo como resultado as atuais formas isoladas de produção social do campo anageense, situação esta que revela a própria essência da contradição instaurada pelo capitalismo e expandida ao campo na fragmentação da sociabilidade dos seus sujeitos. Entretanto, os entrevistados apontaram que se esforçam em manter seus costumes pautando pela coletividade.

A respeito do âmbito econômico, os agricultores têm atuado e se organizado contra as imposições e investidas do agronegócio, que tem tentado os agricultores locais

– principalmente aqueles que produzem próximo à barragem do município, e que podem obter um grande potencial para irrigação de monocultivos – a se “converterem” à lógica produtiva para o atendimento do mercado externo, via políticas de crédito bancário pelo capital financeiro, que pode acabar endividando os pequenos agricultores. Outro lado cruel dessa lógica é o fetiche contido nos financiamentos ofertados aos pequenos agricultores, prometendo uma infinidade de vantagens que desestabilizam estes sujeitos, de forma alienante, quando acontece por exemplo, uma limitação da produção e a mesma não atinge o quantitativo investido.

Os camponeses de Anagé também têm sofrido outras intervenções do capital no campo, a exemplo dos modelos urbano-industriais de extração e circulação do valor que fomentam o “desenvolvimento” por meio do empreendedorismo, tornando os trabalhadores polivalentes, pluriativos; visto que esta lógica tem sido propagada em inúmeras comunidades camponesas do município, ao passo que muitas vezes esse processo desvia o foco dos sujeitos do campo anageense para a objetivação da luta emancipatória pela reprodução da vida e do trabalho historicamente constituídos em seus territórios. Com isso:

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados, um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado (Santos, 1986, p. 27).

Mediante a isso, uma das mais significativas alternativas de oposição a essas nuances, e que tem permitido a manutenção das relações camponesas na terra em convivência com o semiárido, como aponta a pesquisa realizada por Jesus (2012), é advinda do trabalho que foi/é desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), entidade esta que atualmente vincula-se com outras organizações, a exemplo do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), da ala progressista da Igreja Católica, Movimentos Sociais do Campo, entre outros grupos que, em conjunto, atuam em diversas comunidades camponesas do

município como: Caçote, Poço da Vaca, Ribeirão, Olho D'Água do Vital, Jardim II, Capinado, entre outras localidades; para a aquisição, construção e instalação de cisternas para reservar água da chuva, como aponta a figura 6, bem como de barragens subterrâneas, organização de bancos/casa de sementes – como a que se encontra na comunidade camponesa de Bom Sucesso, dentre outras ações. Cabe destacar que aconteceram parcerias entre o MPA organizado nas comunidades acima mencionadas com a ASA, e que viabilizaram essas conquistas.

Figura 6 – Cisterna instalada em uma comunidade camponesa de Anagé-BA



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Estes projetos – que até os dias atuais têm beneficiado as populações que se encontram no polígono das secas e que convivem com o semiárido, como no caso dos sujeitos camponeses de Anagé – visa envolver os diversos grupos e movimentos sociais, citados anteriormente, organizados na luta e na resistência para que os pequenos agricultores do município tenham condições concretas de permanência em suas pequenas unidades de produção e de se reproduzirem socialmente.

Considerações finais

Ao evidenciarmos alguns aspectos que configuram o extenso campo de Anagé podemos perceber que, mesmo diante do avanço do modo de produção atual no espaço geográfico, seus sujeitos sociais vêm constituindo os seus territórios tanto pela via da

permanência (na produção agrícola diversificada, na manutenção de valores culturais etc.); bem como nos processos de resistência (na oposição ao avanço do agronegócio, nos seus movimentos sociais a exemplo do MPA) entre outras características que revelam a posição política que os sujeitos do campo local assumem para a reprodução histórica e social que se constitui no cotidiano dos seus espaços de vida e de trabalho.

Dessa maneira, a esperança e as ações dos camponeses caatingueiros anageenses devem ser permanentes em meio às desigualdades estabelecidas em suas trincheiras, sendo necessário que estes sujeitos continuem a construir alternativas em contrapartida ao sistema excludente atual, que a todo custo busca convencer de que é preciso superar relações “atrasadas” como as que se constituem no campesinato. O processo histórico mostra que as relações camponesas continuam a se materializar em nossos dias, realidade esta possível de ser verificada tanto no próprio município de Anagé quanto em outros contextos do campo brasileiro, e que nos permitem entender a pertinência do campesinato frente às determinações do capital em seus territórios.

Referências

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: o olhar sob o signo dialético**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGEO). Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 1991.

DOURADO, José Aparecido Lima. Camponês Caatingueiro: reflexões sobre o campesinato no Semi-árido brasileiro. **Geotextos**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 97-119, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6220>. Acesso em: 08 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v8i1.6220>.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. Tradução: Ênio Guterres; Horácio Martins de Carvalho. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 29 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/anage/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2023.

JESUS, Alex Dias de. **Do discurso da superação à convivência com a seca: a experiência da articulação no semiárido (ASA) no Sudoeste da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. A luta contra a Economia Camponesa. In: LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 08 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1399>.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Vol I, 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital:** a Geografia do (des)trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5615>. Acesso em: 08 nov. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião.** SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Guilherme Matos de. Reflexões contemporâneas sobre o campesinato na perspectiva crítica do seu debate no pensamento geográfico. **Boletim DATALUTA**, n. 145, 2020. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2020.pdf. Acesso em: 08 nov. 2021.

SANTANA, Aurelane Alves. Escravidão rural e agronegócio na Bahia no século XXI. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano 29, n. 1, p. 110-124, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/7402>. Acesso em: 08 nov. 2021.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em: 08 nov. 2021.
DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456>.

SILVA, Damião. Muita festa e alegria no lançamento do CD “Terno de Reis da Barragem de Anagé e Caraíbas: nossa cultura, nossa identidade”. **Site Cotidiano**, 28/12/2017. Disponível em: <https://caraibasverdade.blogspot.com/2017/12/caraibas-muita-festa-e-alegria-no.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

SILVA, Gedeval Paiva. **Os territórios em disputa às margens da Barragem de Anagé - Bahia**: Terra e água de trabalho versus terra e água de negócio. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19841>. Acesso em: 08 nov. 2021.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGE). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 3, p. 53-74, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5832>. Acesso em: 08 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/rg.v3i3.5832>.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. v. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

*Recebido em 31 de julho de 2024.
Aceito em 01 de novembro de 2024.
Publicado em 30 de janeiro de 2025.*